

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE DIREITO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Alexandre Soares da Silva

**O BARÃO DO RIO BRANCO NA HISTÓRIA DIPLOMÁTICA BRASILEIRA:
AS AÇÕES DE POLÍTICA EXTERNA DE JOSÉ MARIA DA SILVA PARANHOS
JÚNIOR, CHANCELER DO BRASIL, E SUA RELAÇÃO COM A PRIMEIRA
CONSTITUIÇÃO REPUBLICANA DE 1891**

Porto Alegre

2021

Alexandre Soares da Silva

**O BARÃO DO RIO BRANCO NA HISTÓRIA DIPLOMÁTICA BRASILEIRA:
AS AÇÕES DE POLÍTICA EXTERNA DE JOSÉ MARIA DA SILVA PARANHOS
JÚNIOR, CHANCELER DO BRASIL, E SUA RELAÇÃO COM A PRIMEIRA
CONSTITUIÇÃO REPUBLICANA DE 1891**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para a obtenção do grau de doutor em Direito.

Orientador: Prof. Dr. Alfredo de Jesus Dal Molin Flores.

Porto Alegre

2021

Alexandre Soares da Silva

**O BARÃO DO RIO BRANCO NA HISTÓRIA DIPLOMÁTICA BRASILEIRA:
AS AÇÕES DE POLÍTICA EXTERNA DE JOSÉ MARIA DA SILVA PARANHOS
JÚNIOR, CHANCELER DO BRASIL, E SUA RELAÇÃO COM A PRIMEIRA
CONSTITUIÇÃO REPUBLICANA DE 1891**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para a obtenção do grau de doutor em Direito.

Orientador: Prof. Dr. Alfredo de Jesus Dal Molin Flores.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Alfredo de Jesus Dal Molin Flores
(Orientador)

Prof. Dr. Rodrigo Valin de Oliveira

Prof. Dr. Anderson Orestes Cavalcante Lobato

Prof. Dr. Henrique Montagner Fernandes

Prof. Dr. José Alcebíades de Oliveira Junior

Prof. Dr. Camilo Pereira Carneiro Filho

DEDICATÓRIA

À minha mãe, Greta, *in memoriam*.

Ao meu pai, Milton.

A meu filho, François.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, ao meu orientador, Prof. Dr. Alfredo de Jesus Dal Molin Flores, por ter acreditado em meu projeto de pesquisa em 2016 e possibilitado a realização de meu doutorado.

Agradeço ao colega e amigo Leonardo Simchen Trevisan.

Agradeço, de forma muito especial, toda a atenção dispensada pela Rose e pelo Marcelo, da Secretaria do PPGDir/UFRGS.

Agradeço muito a todas as pessoas que, direta ou indiretamente, deram o seu apoio para a consecução da tarefa de pesquisa e elaboração da tese no contexto de pandemia (2020-2021). Entre outros, ao dr. João Carlos Pitoni e a seu filho, o dr. Eduardo Pitoni, à Rita, da copiadora Graphideia, aos funcionários e funcionárias da biblioteca da PUCRS e da copiadora Todeschini, situada junto à referida biblioteca.



Les hommes naissent et demeurent libres et égaux en droits.
(Déclaration des Droits de l'Homme et du Citoyen de 1789, Article 1^{er})

RESUMO

A presente tese resulta de anos de pesquisa sobre a história diplomática brasileira, tendo como figura central José Maria da Silva Paranhos Junior, que, a partir de 1888, tornou-se o Barão do Rio Branco. Sua trajetória pessoal e sua formação (que contou com enorme influência paterna, filho que era de José Maria da Silva Paranhos, o Visconde do Rio Branco), somadas às suas experiências como, primeiramente, cônsul-geral do Império do Brasil na cidade britânica de Liverpool, advogado do Brasil nas questões fronteiriças de Palmas/Misiones e Amapá/Guiana Francesa e responsável pela legação brasileira em Berlim, foram decisivas para o seu notável desempenho na condição de chanceler dos Estados Unidos do Brasil, a república recém proclamada. Busca-se verificar quais variáveis jurídicas, políticas e diplomáticas possibilitaram a atuação exitosa do Estado brasileiro na resolução das questões fronteiriças ainda pendentes no início da Primeira República, que, com sua nova Constituição, de 24 de fevereiro de 1891, dispunha de normas reguladoras das relações exteriores do Brasil.

Palavras-chave: Barão do Rio Branco; história diplomática brasileira; Constituição de 1891.

ABSTRACT

The present doctoral thesis results from years of research on Brazilian diplomatic history, regarding José Maria da Silva Paranhos Junior as the pivotal figure in such field, who, since 1888, has been known as the Baron of Rio Branco. His rising, especially his education, had enormous paternal influence from José Maria da Silva Paranhos, Viscount of Rio Branco, a circumstance that, combined with his experiences as Consul General of the Empire of Brazil in the English town of Liverpool, Brazil's advocate on the border conflicts of Palmas/Misiones and Amapá/French Guiana and chief of the Brazilian legation in Berlin, was decisive for his remarkable performance as chancellor of the United States of Brazil, the newly proclaimed republic. This research seeks to verify which were the legal, political and diplomatic factors that allowed Rio Branco to successfully solve the border issues during Brazil's First Republic, whose new Constitution of February 24, 1891, entailed norms on the subject of Brazilian international affairs.

Keywords: Baron of Rio Branco; Brazilian diplomatic history; Constitution of 1891.

RÉSUMÉ

Cette thèse est le résultat d'années de recherche sur l'histoire diplomatique brésilienne, ayant pour figure centrale José Maria da Silva Paranhos Junior, qui, à partir de 1888, devint le Baron de Rio Branco. Sa trajectoire personnelle et son éducation (qui eut une énorme influence paternelle, fils de José Maria da Silva Paranhos, vicomte de Rio Branco), s'ajoutèrent à ses expériences en tant que, d'abord, consul général de l'Empire brésilien dans la ville britannique de Liverpool, avocat Brésilien sur les questions frontalières à Palmas/Misiones et Amapá/Guyane Française et responsable de la légation brésilienne à Berlin, ont été déterminants pour sa remarquable performance en tant que chancelier des États-Unis du Brésil, la république nouvellement proclamée. L'objectif est de vérifier quelles variables juridiques, politiques et diplomatiques ont permis à l'État brésilien de résoudre avec succès les questions frontalières encore en suspens au début de la Première République, qui, avec sa nouvelle Constitution, du 24 février 1891, avait des normes réglementaires pour les relations extérieures du Brésil.

Mots-clés: Baron de Rio Branco; histoire diplomatique brésilienne; Constitution de 1891.

RIASSUNTO

Questa tesi è il risultato di anni di ricerche sulla storia diplomatica brasiliana, aventi come figura centrale José Maria da Silva Paranhos Junior, che, dal 1888, divenne Barone di Rio Branco. Il suo percorso personale e la sua educazione (che ebbe un'enorme influenza paterna, figlio di José Maria da Silva Paranhos, visconte di Rio Branco), aggiunsero alle sue esperienze come, primo, console generale dell'Impero brasiliano nella città britannica di Liverpool, avvocato brasiliano in questioni di confine a Palmas/Misiones e Amapá/Guiana Francese e responsabile della legazione brasiliana a Berlino, sono stati determinanti per la sua straordinaria prestazione come cancelliere degli Stati Uniti del Brasile, la repubblica appena proclamata. L'obiettivo è verificare quali variabili giuridiche, politiche e diplomatiche permetterò il buon andamento dello Stato brasiliano nella risoluzione delle questioni di confine ancora pendenti all'inizio della Prima Repubblica, che, con la sua nuova Costituzione, del 24 febbraio 1891, aveva norme regolamentari per le relazioni esteri del Brasile.

Parole chiave: Barone di Rio Branco; storia diplomatica brasiliana; Costituzione del 1891.

RESUMEN

Esta tesis es el resultado de años de investigación sobre la historia diplomática brasileña, teniendo como figura central a José Maria da Silva Paranhos Junior, quien, a partir de 1888, se convirtió en el Barón de Rio Branco. Su trayectoria personal y su educación (que tuvo enorme influencia paterna, hijo de José Maria da Silva Paranhos, vizconde de Rio Branco), se sumó a sus experiencias como, primero, cónsul general del Imperio brasileño en la ciudad británica de Liverpool, abogado de Brasil en temas fronterizos en Palmas/Misiones y Amapá/Guayana Francesa y responsable de la legación brasileña en Berlín, fueron decisivos para su notable desempeño como canciller de los Estados Unidos de Brasil, la recién proclamada república. El objetivo es verificar qué variables legales, políticas y diplomáticas permitieron el desempeño exitoso del Estado brasileño en la resolución de asuntos fronterizos aún pendientes al inicio de la Primera República, que, con su nueva Constitución, del 24 de febrero de 1891, tenía normas regulatorias para las relaciones exteriores de Brasil.

Palabras llave: Barón de Rio Branco; Historia diplomática brasileña; Constitución de 1891.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES E TABELAS

FIGURA 1 – DIVISÕES DO “MAR OCEANO”	45
FIGURA 2 – VIAGENS PORTUGUESAS	46
FIGURA 3 – ALGUMAS BANDEIRAS	54
FIGURA 4 – O CAMINHO DOS BANDEIRANTES	55
FIGURA 5 – O CAMINHO DOS BANDEIRANTES (ROTAS FLUVIAIS)	57
FIGURA 6 – A ROTA DAS MONÇÕES CUIABANAS	58
FIGURA 7 – AS LINHAS POSSÍVEIS DO TRATADO DE TORDESILHAS	61
FIGURA 8 – TORDESILHAS E O PRATA	62
FIGURA 9 - ALEXANDRE DE GUSMÃO	63
FIGURA 10 – A LINHA DE DELISLE	67
FIGURA 11 – MAPA DOS CONFINS DO BRASIL COM AS TERRAS DA COROA DE ESPANHA NA AMÉRICA MERIDIONAL	70
FIGURA 12 – A REGIÃO MERIDIONAL DA AMÉRICA NO INÍCIO DO SÉCULO XVIII	72
FIGURA 13 – OS LIMITES DO TRATADO DE SANTO ILDEFONSO	73
FIGURA 14– VARIAÇÕES DA FRONTEIRA SUL	74
FIGURA 15 – A AMÉRICA ESPANHOLA COLONIAL, CERCA DE 1800	75
FIGURA 16 – JOSÉ BONIFÁCIO DE ANDRADA E SILVA	85
FIGURA 17 – DUARTE DA PONTE RIBEIRO	98
FIGURA 18 – EVOLUÇÃO TERRITORIAL DA AMÉRICA LATINA NO SÉCULO XIX	103
FIGURA 19 – BACIA DO PRATA: TERRITÓRIOS DISPUTADOS POR ARGENTINA, BOLÍVIA, BRASIL E PARAGUAI AO LONGO DO SÉC. XIX	104
FIGURA 20 – BARÃO DO RIO BRANCO	106
FIGURA 21 – JUCA PARANHOS AOS CINCO ANOS, 1850	110
FIGURA 22 – JOSÉ MARIA DA SILVA PARANHOS, VISCONDE DO RIO BRANCO	112
FIGURA 23 – JUCA PARANHOS COM COLEGAS DA FACULDADE DE DIREITO DE SÃO PAULO. À DIREITA, J. MONTEIRO DA LUZ, E À ESQUERDA, PAULINO RUIZ F. CHAVEZ. SÃO PAULO, 1862	116
FIGURA 24 – JUCA PARANHOS NA FACULDADE DE DIREITO DE SÃO PAULO, 1864	117

FIGURA 25 – MARIE PHILOMÈNE STEVENS (1850-98)	119
FIGURA 26 – PARANHOS JÚNIOR, DEPUTADO. RIO DE JANEIRO, 1875	120
FIGURA 27 – PARANHOS JÚNIOR VESTINDO O FARDÃO DE CÔNSUL-GERAL. J. F. GUIMARÃES, FOTÓGRAFO DA CASA IMPERIAL. RIO DE JANEIRO, 1876 ...	122
FIGURA 28 – MISSÃO ESPECIAL EM BERNA (1898-1900). ARBITRAMENTO DA QUESTÃO DE LIMITES COM A FRANÇA. DA ESQUERDA PARA A DIREITA: DOMÍCIO DA GAMA, RAUL DO RIO BRANCO, BARÃO DO RIO BRANCO E HIPÓLITO ALVES DE ARAÚJO	125
FIGURA 29 – BARÃO DO RIO BRANCO COM O FARDÃO DE MINISTRO PLENIPOTENCIÁRIO E CONDECORAÇÕES – POSSIVELMENTE NO DIA DA ENTREGA DE SUAS CREDENCIAIS AO IMPERADOR GUILHERME II, EM 28 DE MAIO DE 1901	127
FIGURA 30 – BARÃO DO RIO BRANCO NO INTERIOR DE SUA CASA NA VILLA MOLITOR, 15, EM AUTEUIL, PARIS, C. 1898	130
QUADRO COMPARATIVO DO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO DE 1891	141
FIGURA 31 – QUESTÃO DE PALMAS	165
FIGURA 32 – O ARBITRAMENTO DE 1895	167
FIGURA 33 – QUESTÃO DO AMAPÁ	168
FIGURA 34 – O ARBITRAMENTO DE 1900	169
FIGURA 35 – O ARBITRAMENTO DE 1904	170
FIGURA 36 – QUESTÃO DO PIRARA	172
FIGURA 37 – A GUIANA BRITÂNICA E A REGIÃO DO PIRARA	173
FIGURA 38 – LIMITES DO ACRE	175
FIGURA 39 – QUESTÃO DO ACRE	176
FIGURA 40 – A FRONTEIRA NOROESTE	178
FIGURA 41 – ALTERAÇÕES DE LIMITES CAUSADAS PELOS TRATADOS DE FRONTEIRA NO EXTREMO SUL DO BRASIL	180
FIGURA 42 – A “EXPANSÃO” DO BRASIL	181
TABELA DE RESOLUÇÃO DE QUESTÕES FRONTEIRIÇAS	182
FIGURA 43 – CONCLUSÃO DA FORMAÇÃO TERRITORIAL BRASILEIRA	184

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	18
1.1	JUSTIFICATIVA.....	21
1.2	PROBLEMA DE PESQUISA	24
1.3	HIPÓTESE.....	24
1.4	OBJETIVOS.....	25
1.5	REFERENCIAL TEÓRICO	27
1.6	METODOLOGIA	28
1.7	ESTRUTURA DA TESE.....	29
2	BREVE INTRODUÇÃO À HISTÓRIA DIPLOMÁTICA BRASILEIRA E À FORMAÇÃO TERRITORIAL DO BRASIL: DOS PRIMÓRDIOS DAS NAVEGAÇÕES PORTUGUESAS À QUEDA DA MONARQUIA	33
2.1	A RELAÇÃO DA DIPLOMACIA COM OUTROS RAMOS DAS CIÊNCIAS	33
2.1.1	Diplomacia: conceito e história	33
2.1.2	A relação da diplomacia com a cartografia e a geografia	34
2.2	ANTECEDENTES À HISTÓRIA DIPLOMÁTICA BRASILEIRA	35
2.2.1	Portugal em movimento: rumo às Grandes Navegações	36
2.2.2	A divisão do mundo entre Portugal e Espanha	38
2.2.2.1	O Tratado de Alcáçovas	39
2.2.2.2	O papel histórico decisivo de Cristóvão Colombo	40
2.2.2.3	As bulas papais de 1493	42
2.2.2.4	O Tratado de Tordesilhas.....	43
2.3	O PERÍODO PRÉ-COLONIAL.....	47
2.4	O PERÍODO COLONIAL	47
2.4.1	União Ibérica	48
2.4.2	Entradas e bandeiras	49
2.4.3	Monções	56
2.4.4	Nova Colônia do Santíssimo Sacramento	58
2.4.5	Alexandre de Gusmão	63
2.4.6	Tratado de Madri	66
2.4.7	O Tratado de El Pardo	71
2.4.8	O Tratado de Santo Ildefonso	71

2.4.9 Os Tratados de Badajoz	76
2.5 A CHEGADA DA FAMÍLIA REAL PORTUGUESA AO BRASIL	76
2.5.1 Antecedentes	76
2.5.1.1 Portugal no contexto europeu	76
2.5.1.2 A decisão de partir para o Brasil	77
2.5.2 As decisões diplomáticas de D. João em território brasileiro	79
2.5.2.1 Abertura dos portos às nações amigas	79
2.5.2.2 Tratados entre Portugal e Reino Unido	80
2.5.2.3 Decisão de invadir a Guiana Francesa.....	80
2.5.2.4 A Questão Cisplatina.....	81
2.5.2.5 Visão geral	82
2.6 O PERÍODO IMPERIAL	83
2.6.1 Antecedentes à declaração de independência do Brasil	83
2.6.2 José Bonifácio, o patriarca da independência	85
2.6.3 A Constituição Imperial	89
2.6.4 Duarte da Ponte Ribeiro	98
2.6.5 As questões de fronteira no período imperial	101
2.6.6 A Primeira Conferência Internacional Americana	105
3 RIO BRANCO, SUA CARREIRA DIPLOMÁTICA E TRAJETÓRIA POLÍTICA	106
3.1 VISÃO GERAL: A TRAJETÓRIA PESSOAL, POLÍTICA E DIPLOMÁTICA DE RIO BRANCO	107
3.2 O BARÃO DO RIO BRANCO PRÉ- CHANCELARIA	109
3.2.1 A formação pessoal	110
3.2.1.1 José Maria da Silva Paranhos, Visconde do Rio Branco.....	111
3.2.1.2 Formação acadêmica e início da vida profissional	115
3.2.1.3 Deputado por Mato Grosso	119
3.2.2 Início da carreira diplomática	121
3.2.2.1 Representação em Liverpool.....	121
3.2.2.2 Representação em Washington	123
3.2.2.3 Representação em Berna.....	124
3.2.2.4 Representação em Berlim	126
3.3 RIO BRANCO, CHANCELER DO BRASIL	128
4 OS PRIMÓDIOS DA REPÚBLICA: INSTITUCIONALIZAÇÃO,	

DIPLOMACIA E CONSOLIDAÇÃO TERRITORIAL	131
4.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS E POLÍTICOS DA PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA.....	131
4.2 A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA, O GOVERNO PROVISÓRIO E SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO	132
4.2.1 Etapas da elaboração da Constituição de 1891	138
4.2.1.1 O trabalho da Comissão de Juristas.....	138
4.2.1.2 A Assembleia Constituinte.....	140
4.2.1.3 Quadro comparativo do processo de elaboração da Constituição de 1891	140
4.3 CARACTERÍSTICAS GERAIS DA PRIMEIRA CONSTITUIÇÃO REPUBLICANA DE 1891	146
4.3.1 Separação entre Igreja e Estado	146
4.3.2 O controle de constitucionalidade	146
4.3.3 O instituto do <i>habeas corpus</i>, remédio constitucional	147
4.3.4 O federalismo	148
4.3.5 Sistema presidencialista de governo	151
4.3.6 Separação dos Poderes	151
4.4 AS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL NA CONSTITUIÇÃO DE 1891	154
4.4.1 Arbitragem internacional	154
4.4.2 Celebração e aprovação dos tratados internacionais	156
4.4.3 Vedação à guerra de conquista	158
4.5 A REFORMA CONSTITUCIONAL DE 1926	159
4.6 ASPECTOS DA POLÍTICA EXTERNA DA PRIMEIRA REPÚBLICA.....	161
4.6.1 A ideia de americanização	161
4.6.2 As questões fronteiriças	164
4.6.2.1 A Questão de Palmas.....	164
4.6.2.2 A Questão do Amapá	167
4.6.2.3 A Questão do Pirara	169
4.6.2.4 A Questão do Acre	174
4.6.2.5 O tratado com o Equador	176
4.6.2.6 A fronteira do Brasil com a Guiana Neerlandesa	177
4.6.2.7 O tratado com a Colômbia.....	177

4.6.2.8 O tratado com o Peru	177
4.6.2.9 O tratado com o Uruguai	179
5 CONCLUSÃO	185
REFERÊNCIAS	194
ANEXOS	205

1 INTRODUÇÃO

A partir de alguns anos de pesquisa, observando a maneira pela qual alguns autores abordaram a história diplomática brasileira, constatou-se simultaneamente uma influência e uma afinidade de linha de pensamento, que fizeram o autor desta tese retroceder no tempo e, a partir de um determinado marco histórico, estabelecer um fio condutor desde o passado até o momento em que o principal personagem da tese atuou. Pesou também, na maneira como ela foi pensada, estruturada e desenvolvida, a ideia de longa duração, proposta pelo historiador francês Fernand Braudel.

Poder-se-ia dizer que, ao longo do tempo, iniciando-se com as etapas anteriores ao próprio período colonial e, posteriormente, passando pelos períodos colonial, imperial e republicano, forjou-se, na expressão de Rubens Ricupero, uma *diplomacia do conhecimento* baseada no estudo e no desenvolvimento da cartografia, bem como da geografia, da história e do uso das regras de direito internacional correspondentes a cada momento histórico, visando superar as limitações e fraquezas materiais, econômicas e militares, inicialmente de Portugal e posteriormente do Brasil, para se impor perante os demais países concorrentes na obtenção de seus objetivos geopolíticos e estratégicos.¹

Dentre os personagens mais importantes, cumpre destacar cinco figuras de grande relevo: no período colonial, Alexandre de Gusmão, imortalizado por suas ações como a da encomenda do célebre Mapa das Cortes de 1749, base das informações geográficas apresentadas aos negociadores do Reino de Espanha, tendo como resultado a celebração do Tratado de Madri de 1750, e a de transplantar do Direito Romano o instituto jurídico do *uti possidetis* para garantir a Portugal a consolidação de territórios ocupados pelos portugueses e, posteriormente, pelos luso-brasileiros. Esse instituto voltaria a ser utilizado pela diplomacia brasileira nas negociações de tratados de limites tanto no final do Império quanto no início da República.

Algumas décadas depois do falecimento de Alexandre de Gusmão, ocorrido em 1753, no período histórico conhecido como *época da independência*, desponta a

¹ FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO. Encontros IPRI-IRBr Percursos Diplomáticos: Rubens Ricupero. 2017. 2h05min09s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=OzrS1Fw-ZAk>>. Acesso em: 20 out. 2019.

personalidade de José Bonifácio de Andrada e Silva, cognominado *patriarca da independência*, que, ao mesmo tempo em que trabalhava pela emancipação do Brasil frente ao reino de Portugal, simultaneamente articulava as relações exteriores do futuro país que se anunciava, que viria a ser o Império do Brasil, especialmente no que tange ao seu reconhecimento no âmbito da comunidade internacional.

Posteriormente, no decorrer do Segundo Reinado, surge, no que diz respeito à execução da política externa imperial, a figura de Duarte da Ponte Ribeiro, que, nascido em Portugal, mudou-se para o Brasil e passou a desenvolver um intenso trabalho diplomático em favor dos interesses políticos do Império na manutenção e consolidação de suas fronteiras com os vizinhos sul-americanos.

Duarte da Ponte Ribeiro faleceu em 1878. Por essa época, ainda na segunda metade do século XIX, o jovem José Maria da Silva Paranhos Junior, futuro chanceler do Brasil, filho do eminente Visconde do Rio Branco, já ensaiava os primeiros passos de sua futura carreira como diplomata, inicialmente nos derradeiros anos do Império e posteriormente nos anos iniciais da Primeira República.

Vale destacar igualmente a personalidade de José Maria da Silva Paranhos, o Visconde do Rio Branco, pai daquele que viria a ser o Barão do Rio Branco, como figura ímpar tanto da política interna do período imperial quanto da representação diplomática dos interesses do Império. O Visconde do Rio Branco granjeou alta reputação e prestígio moral e político por suas ações no âmbito das relações exteriores da monarquia, bem como pela sua atuação na política interna do país, que teve como auge a sua atuação à frente do Gabinete de Conciliação (07.03.1871 – 25.06.1875).

A figura central da presente pesquisa, todavia, corresponde a José Maria da Silva Paranhos Junior (a partir de 1888, Barão do Rio Branco), expoente da ideia de diplomacia do conhecimento. Conseguindo em sua trajetória, inicialmente como cônsul-geral do Brasil em Liverpool (a partir de 1876), posteriormente como advogado do Brasil nos processos de arbitragem internacional relativos a importantes questões fronteiriças - a Questão de Palmas/Misiones (1890-1895) e a Questão do Amapá/Guiana Francesa (1895-1900) -, Rio Branco alcançou grande prestígio. Em razão disso, foi designado ministro plenipotenciário do Brasil em Berlim, entre 1900 e 1902, mesmo ano em que, no mês de dezembro, assumiu a chancelaria brasileira (Ministério das Relações Exteriores), escolhido pelo então presidente Rodrigues Alves.

O Barão do Rio Branco, ao assumir a chancelaria brasileira no final do ano de 1902, deparou-se com vários desafios no campo das relações exteriores do país, entre eles: o de resolver as questões de fronteira, preferencialmente de forma definitiva; encontrar uma maneira dentro dos trâmites diplomáticos de estabelecer uma melhor relação com a República Argentina, de modo a superar as antigas animosidades; articular um entendimento com os vizinhos sul-americanos; manter boas relações com os países e potências europeias e, mais ainda, estabelecer um relacionamento equilibrado com os Estados Unidos da América, que naquele momento histórico já se tornara a maior potência regional do continente americano e se projetava como uma das principais potências no contexto da política internacional. Além disso, tendo herdado um referencial da diplomacia do período imperial, acostumado que foi a tratar dos assuntos internacionais com os métodos e princípios que aprendeu ainda na segunda metade do século XIX, através do exemplo de seu pai, o Visconde do Rio Branco, deveria neste momento sintonizar suas ideias com os novos paradigmas impostos pela nascente república, instaurada a 15 de novembro de 1889, tais como o ideal do *americanismo* e as novas normas constitucionais, inscritas na Constituição de 1891, que passaram a disciplinar as relações exteriores do Estado brasileiro no regime republicano que se instituía.

O *modus operandi* colocado em prática por Rio Branco foi o de articular simultaneamente os seus profundos conhecimentos teóricos do direito internacional, da história, da geografia e da cartografia, somados à aplicação, agora no exercício da função de chanceler, de toda sua vasta experiência adquirida ao longo dos últimos anos na convivência com seu pai, bem como de sua atuação como cônsul em Liverpool e como advogado brasileiro nas questões de arbitragem internacional, nos casos de Palmas/Misiones e Amapá/Guiana Francesa.

Dito isso, deve-se salientar que, além de suas atuações decisivas para a vitória das pretensões territoriais do Brasil nos casos de Palmas/Misiones e Amapá/Guiana Francesa, José Maria da Silva Paranhos Junior obteve pleno êxito ao resolver todas as questões de fronteiras que restavam pendentes desde os tempos do período imperial, conseguindo, de forma definitiva, a consolidação do atual território brasileiro em sua configuração geográfica. Tal situação, extremamente meritória, trouxe para o Brasil e para a região do subcontinente americano mais de cem anos de paz nas relações do Brasil com seus vizinhos da América do Sul.

1.1 JUSTIFICATIVA

Nesse sentido, a figura e o legado político-diplomático do Barão do Rio Branco revelam uma importância que transcende o momento histórico em que suas ações foram levadas a efeito.

De forma resumida, pode-se dizer que, entre os principais objetivos almejados pelo Barão do Rio Branco incluíam-se: maior aproximação com os Estados Unidos da América, que naquele momento histórico já dava sinais de tornar-se uma potência de alcance global e que, sem dúvida, possuía o controle político, econômico e diplomático sobre o restante do Hemisfério Sul, condicionando, na prática, toda a política dos países das Américas Central e do Sul, bem como do México na América do Norte; maior articulação entre os principais países da América do Sul (a chamada *política do ABC* – Argentina, Brasil e Chile), que possibilitaria uma maior articulação dos principais países sul-americanos para manter a estabilidade na região e evitar, a todo custo, a interferência de potências europeias, como vinha ocorrendo na Ásia e na África; a ideia de universalismo em nossa política externa, já que o Barão do Rio Branco buscava um equilíbrio entre a aproximação com os Estados Unidos, boas relações diplomáticas com as potências europeias e postulava também um tratamento igualitário entre os Estados no âmbito da comunidade internacional.

Em suma, o pragmatismo de Rio Branco tentava lidar, simultaneamente, com vários desafios que o Brasil enfrentava na época em suas relações internacionais, a saber: a difícil e tensa relação com a Argentina, maior potência regional da época; a relação com os Estados Unidos, a potência hegemônica do Hemisfério; e com as grandes potências europeias, que usavam de qualquer pretexto para interferir em outros países. Dito isso, se analisarmos a política externa do Brasil neste momento e em anos recentes, deveríamos resgatar a figura ímpar do Barão do Rio Branco como um paradigma da história diplomática do Brasil para balizarmos e analisarmos as ações de política externa dos governos mais recentes e, sobretudo, do atual. Muitas vezes se invocou (e ainda se invoca, quando conveniente) a figura do Barão do Rio Branco para justificar esta ou aquela ação diplomática, mesmo quando esta ação não corresponda necessariamente ao pensamento do renomado diplomata.

O estudo da trajetória e da obra do Barão do Rio Branco permite ao pesquisador conhecer profundamente a história da formação e consolidação das

fronteiras do Brasil e da arquitetura institucional da diplomacia representada pelo Itamaraty. Sendo assim, a experiência dos dois últimos anos apresentada pelo governo do atual Presidente da República indicou um caminho de ruptura com as tradições da política externa brasileira desde a morte do Barão do Rio Branco até recentemente, salvo em alguns momentos de alinhamento automático com os Estados Unidos da América (como exemplo disso, pode-se citar o governo Castelo Branco, que, em 1965, enviou tropas para apoiar a intervenção norte-americana na República Dominicana contra Trujillo). O atual governo choca-se reiteradamente, no campo das relações exteriores do Brasil, com os preceitos constitucionais previstos no artigo 4º da Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988:

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

- I – independência nacional;
- II – prevalência dos direitos humanos;
- III - autodeterminação dos povos;
- IV - não-intervenção;
- V – igualdade entre os Estados;
- VI – defesa da paz;
- VII - solução pacífica dos conflitos;
- VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo;
- IX – cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;
- X – concessão de asilo político.

Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.²

Além da sistemática e insistente tentativa de vincular a política externa brasileira às posições do Presidente dos Estados Unidos da América, Donald J. Trump, o governo Bolsonaro, seja através do seu Ministro de Relações Exteriores, seja pelas próprias palavras do Presidente, atacando tanto a Argentina e seu atual governo quanto a China, nos mais variados campos, como no caso da vacina Sinovac, e também os países da União Europeia, como no caso do Presidente francês Emmanuel Macron e da primeira-ministra alemã Angela Merkel, sobretudo nas questões de meio-ambiente, claramente rompe com a tradição da diplomacia nacional no sentido do universalismo e do multilateralismo. Para completar tamanha desordem no campo das relações exteriores do Brasil pelo atual governo, o Presidente da República mostrou-se refratário a reconhecer a vitória eleitoral do

² BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/norma/579494/publicacao/16434817>>. Acesso em: 23 set. 2020.

candidato Joe Biden na eleição norte-americana de 2020, bem como deixou de participar pessoalmente ou enviar o Vice-Presidente da República ou o Ministro de Relações Exteriores para a posse do novo presidente boliviano, legitimamente eleito dentro das normas constitucionais e legais vigentes em nosso vizinho sul-americano, o Estado Plurinacional da Bolívia.

Já é consenso entre membros da carreira diplomática brasileira, principalmente entre embaixadores mais antigos, de longa experiência a serviço do Itamaraty, que o atual governo, na execução de sua política externa, comete graves erros. Pode-se apontar, nesse sentido, as abalizadas opiniões de juristas da área do Direito Internacional, como Celso Lafer³ e José Francisco Rezek,⁴ e de embaixadores como Roberto Abdenur,⁵ Rubens Barbosa,⁶ Rubens Ricupero⁷ e Sérgio Amaral,⁸ entre outros. Tais erros, de acordo com a opinião dominante, colocam o Brasil, atualmente, na condição de *pária internacional*. Essa condição ficou claramente evidenciada na posterior reunião do G-20 em Roma, iniciada em 30 de outubro de 2021, quando o Presidente da República foi evitado pelos demais participantes, que não desejavam ter qualquer contato com o mandatário brasileiro, tendo em vista as posições assumidas por ele nos assuntos relacionados à Amazônia, populações indígenas, mudanças climáticas, negacionismo explícito em relação à pandemia de COVID-19 e sua postura antivacina.⁹ Ato contínuo, o Presidente da República decide não participar da reunião da COP26, a Conferência

³ MARCO ANTONIO VILLA. Prof. Villa entrevista o Prof. Celso Lafer. “O governo Bolsonaro isolou o Brasil do mundo.” 2020. 48min33s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=t0Fk7roq_RU>. Acesso em: 23 nov. 2020; RODA VIVA. Roda Viva / Celso Lafer / 25/05/2020. 2020. 1h24min43s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Zeho-h1bvXY>>. Acesso em: 29 mai. 2020.

⁴ MARCO ANTONIO VILLA. Entrevista Francisco Rezek: “Bolsonaro precisa entender a Constituição.” 06/05/20. 2020. 58min34s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pGbf5_1hoXw>. Acesso em: 07 mai. 2020.

⁵ MARCO ANTONIO VILLA. Prof. Villa entrevista o embaixador Roberto Abdenur: O isolamento diplomático brasileiro. 2020. 35min33s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=SDIDDtej4J8>>. Acesso em: 26 out. 2020.

⁶ VEJAPONTOCOM. Rubens Barbosa: Aproximação entre Bolsonaro e Trump não significa alinhamento entre Brasil e EUA. 2020. 36min07s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=11dYFx6J_Ok>. Acesso em: 30 jan. 2020.

⁷ MARCO ANTONIO VILLA. Rubens Ricupero: “A política externa de Bolsonaro é um desastre.” 2020. 49min36s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Obh8M3Svq4c>>. Acesso em: 31 mai. 2020; MARCO ANTONIO VILLA. Embaixador Rubens Ricupero: “Vamos para uma rota de colisão com os americanos.” 2020. 41min05s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=kF64rco6U5g>>. Acesso em: 12 nov. 2020.

⁸ JORNALISMO TV CULTURA. Entrevista: ex-ministro e embaixador Sérgio Amaral comenta eleições dos EUA e relações com o Brasil. 2020. 06min12s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KonckNdo_b8>. Acesso em: 01 nov. 2020.

⁹ MARCO ANTONIO VILLA. Jamil Chade: “O Brasil perdeu seu lugar no mundo.” 2021. 38min25s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=fB9zUCYeSas>>. Acesso em: 02 nov. 2021.

das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas, sediada na cidade escocesa de Glasgow, que iniciaria imediatamente após o final da reunião do G-20, em 31 de outubro. Sua ausência, na condição de chefe de Estado brasileiro, evidenciou mais uma vez sua postura negacionista em relação ao debate acerca das mudanças climáticas, falta de compromisso e rompimento com o tradicional papel de protagonismo da diplomacia brasileira nos assuntos relativos ao meio-ambiente em nível internacional, em uma postura subserviente às teses de Donald Trump, que, de forma explícita, nega totalmente o problema das mudanças climáticas, tendo inclusive, em seu período de governo, retirado os Estados Unidos da América do Acordo de Paris de 2015.¹⁰

Tendo em vista a amplitude dos temas apresentados na tese, necessariamente se adotará uma abordagem interdisciplinar, incluindo-se uma pequena etapa da história diplomática portuguesa, traços gerais de momentos marcantes da história diplomática brasileira, de história constitucional do Brasil, direito internacional público e biografias relativas aos personagens destacados na pesquisa, além de história geral, história do Brasil, geografia e cartografia.

1.2 PROBLEMA DE PESQUISA

O problema de pesquisa, portanto, é o seguinte: haveria condições políticas, diplomáticas e base jurídica para o Estado brasileiro resolver suas controvérsias no âmbito fronteiriço, no contexto da virada do século XIX para o século XX, sem a interferência das potências hegemônicas da época, no auge do colonialismo/imperialismo?

1.3 HIPÓTESE

Como hipótese, a resposta à pergunta antes formulada pode ser buscada no caminho de uma conjunção dos seguintes fatores.

O *patrimônio político-diplomático* herdado pela nascente República, que foi obtido, expandido e consolidado ao longo dos séculos, inicialmente pela habilidade

¹⁰ THE NEW YORK TIMES. Once a climate leader, Brazil falls short in Glasgow. 02 nov. 2021. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2021/11/02/world/americas/brazil-climate.html>>. Acesso em: 03 nov. 2021.

da diplomacia portuguesa, posteriormente somando-se as iniciativas adotadas na antevéspera da independência e as vitórias políticas alcançadas no campo das relações exteriores pelo Império brasileiro, tanto no Primeiro quanto no Segundo Reinado.

O americanismo, a nova mentalidade defendida pelos republicanos desde a segunda metade do século XIX, que se tornou explícita com a publicação do Manifesto Republicano de 1870. A ideia de americanismo não pode e não deve ser confundida com a adesão automática às políticas dos Estados Unidos da América; aqui nesse caso, a ideia diz respeito à defesa do pertencimento dos brasileiros ao conjunto das Américas, notadamente à América do Sul.

Os parâmetros constitucionais ensejados pelas regras do artigo 16, com seus §§ 1º, 2º e 3º, do artigo 34, itens 10, 11, 12, 16, 17, 18, 19, 21 e 32, do artigo 48, itens 2, 3, 4, 7, 8, 13, 14, 15 e 16 e dos artigos 49 e 88 da Constituição de 1891.

Pela ação decisiva e pelo valor pessoal do Barão do Rio Branco, com sua experiência no mundo diplomático iniciada em 1876, a partir do momento em que se tornou cônsul do Brasil em Liverpool. Com seu conhecimento de história, geografia e direito internacional, o Barão do Rio Branco conseguiu amalgamar, em sua ação diplomática, as conquistas territoriais do passado obtidas ao longo do tempo tanto no período colonial pela diplomacia portuguesa quanto pela ação dos *homens de Estado* do período imperial.

O crescente poder geopolítico dos Estados Unidos em relação ao Hemisfério Sul, que se desenvolveu ao longo do século XIX e definitivamente após a vitória sobre a Espanha na Guerra Hispano-Americana em 1898, onde a nação do norte assumiu a condição de potência hegemônica sobre todas as Américas, surgindo como uma nova potência de alcance mundial, com capacidade de fazer frente às potências europeias na defesa de seus interesses por todo o continente americano. Essa nova condição, mesmo que de forma contraditória, auxiliou o próprio Brasil e os países latino-americanos na sua resistência a possíveis intervenções europeias, ao mesmo tempo que constituía uma possível ameaça às soberanias desses países.

1.4 OBJETIVOS

Objetivo geral: aprofundar as investigações sobre as ações do ícone da diplomacia brasileira Barão do Rio Branco nas mais variadas dimensões, tanto de

um ponto de vista biográfico quanto de sua atuação político-diplomática, observando também a juridicidade das suas ações.

Objetivos específicos: demonstrar como se deu, ao longo dos séculos, a evolução territorial do Brasil, inicialmente nos tempos da colônia (ou Brasil português), passando pelo período de 1808-1822 (que contou com a presença da família real portuguesa em território brasileiro), pelo período imperial (1822-1889), chegando ao período republicano (mais precisamente, até o início da Primeira República, também conhecida como “República Velha”), especialmente através de mapas e da relação de tratados que demonstram essa evolução ao longo dos séculos, até a consolidação do território brasileiro efetivada pelo Barão do Rio Branco entre o final do século XIX e o início do século XX; aprofundar a pesquisa sobre a biografia de José Maria da Silva Paranhos Júnior, posteriormente Barão do Rio Branco, demonstrando seu amadurecimento pessoal, na sua trajetória profissional, política e na carreira diplomática, utilizando todos os recursos disponíveis, com ênfase nas fontes iconográficas, especialmente na parte relativa à sua biografia; desvendar as várias faces do personagem Barão do Rio Branco, tão idealizado e glorificado nos discursos da historiografia oficial, que não necessariamente correspondem à realidade, já que José Maria da Silva Paranhos Junior, como qualquer outra pessoa, embora fosse verdadeiramente um homem público notável e merecedor das homenagens que lhe foram prestadas ao longo do tempo, tinha também uma série de defeitos e posições políticas (no mínimo) contraditórias; explicar a ideia de *americanismo*, cultivada pelo ideal republicano desde o Manifesto de 1870, nas relações diplomáticas do Estado brasileiro (principalmente) com seus vizinhos sul-americanos a partir da proclamação da República em 15 de novembro de 1889; demonstrar inicialmente (e parcialmente), na primeira Constituição Republicana de 1891, as normas referentes aos Poderes Legislativo e Executivo, na condição de documento histórico, pertinentes à ação diplomática do Estado brasileiro; analisar as relações entre os Poderes e a compatibilidade (ou incompatibilidade) das ações de Rio Branco com as prescrições normativas constantes da primeira Constituição Republicana, de 24 de fevereiro de 1891, no que tange às relações internacionais do Brasil; comparar a relação entre a conjuntura internacional relativa ao exercício do poder pelas grandes potências em confronto com as prescrições do Direito Internacional, visto que, na Segunda Conferência de Paz de Haia de 1907, as posições apresentadas por Rio Branco

(igualdade jurídica entre os Estados) não foram adequadamente reconhecidas pelas potências centrais.

1.5 REFERENCIAL TEÓRICO

Tanto a vida quanto a trajetória política e diplomática do Barão do Rio Branco já foram bastante exploradas por vários autores em diferentes épocas. Esses autores procuraram demonstrar as várias facetas desse personagem, que corresponde ao objeto central desta pesquisa. Poderíamos destacar alguns clássicos relativos à sua biografia, entre eles:

Álvaro Lins, que, em 1945, escreveu a obra intitulada “Rio Branco”. Tal livro foi publicado no ano do centenário de nascimento de José Maria da Silva Paranhos Junior. Adotou um estilo de redação e uma abordagem peculiares àquele momento, próprios aos valores morais da época, pois nem tudo o que aconteceu na vida pessoal de Paranhos Junior foi explicado em sua integralidade;

Luís Viana Filho, ex-senador da República pela Bahia, também escreveu uma obra sobre a vida do Barão do Rio Branco. Seguindo uma linha de enaltecimento do personagem, e igualmente condicionado pelo moralismo ainda imperante no Brasil da década de 1950, o livro revelou-se importante para a pesquisa histórica, apesar desses condicionantes. É também uma obra fundamental para os estudos relacionados ao Barão do Rio Branco;

Rubens Ricupero, mais próximo dos dias de hoje, elaborou um ensaio bastante amplo sobre a vida de José Maria da Silva Paranhos Junior (“Rio Branco: o Brasil no mundo”). Não necessariamente pode ser caracterizado como biografia, mas como um ensaio mais abrangente sobre o Barão do Rio Branco. Texto escrito no ano de 2000, mais recentes que as biografias anteriores, com uma abordagem de viés menos glorificador do personagem, prestando uma grande contribuição para a consecução dos objetivos da pesquisa;

Luís Cláudio Villafañe Gomes Santos, diplomata de carreira, atualmente embaixador do Brasil na Nicarágua e doutor em história pela Universidade de Brasília. De alguns anos para cá, começou a escrever sobre a vida do Barão do Rio Branco. Inicialmente escreveu artigos abordando diversos aspectos da trajetória pessoal e política de José Maria da Silva Paranhos Junior. Em adição a isso, escreveu dois livros importantes: “O Evangelho do Barão: Rio Branco e a identidade

brasileira” e “O dia em que adiaram o carnaval: a política externa e a construção do Brasil” (esse último livro trata de política externa brasileira e também tem alguns pontos de contato com a atuação do Barão do Rio Branco). Todavia, como principal referencial teórico da pesquisa, será utilizado seu mais recente livro, intitulado “Juca Paranhos, o Barão do Rio Branco.” Essa obra foi lançada em 2018 e adota uma abordagem distinta das biografias anteriores a respeito dessa figura histórica. Diferentemente dos autores clássicos como Álvaro Lins e Luís Viana Filho, Villafañe G. Santos escreve de maneira a desvendar o personagem, tratando de suas contradições, defeitos e virtudes (tanto pessoais como políticas), com uma abordagem crítica.

Synesio Sampaio Goes Filho, diplomata de carreira, reconhecidamente uma das principais referências no estudo da história diplomática brasileira e no aprofundamento das pesquisas sobre as questões fronteiriças do Brasil. Destaca-se aqui três de seus principais trabalhos: “As Fronteiras do Brasil”, “Navegantes, Bandeirantes, Diplomatas: Um Ensaio sobre a Formação das Fronteiras do Brasil” e “Alexandre de Gusmão (1695-1753): o Estadista que Desenhou o Mapa do Brasil”.

Carlos Maximiliano Pereira dos Santos, João Barbalho Uchôa Cavalcanti e Rui Barbosa de Oliveira, três dos maiores expoentes da cultura jurídica brasileira. Entre as inúmeras obras de cada um desses autores, podemos destacar aquelas em que se dedicaram a comentar e analisar as normas constantes do texto da primeira Constituição Republicana de 24 de fevereiro de 1891, que se tornaram clássicos da história constitucional do Brasil.

Todas essas obras são fundamentais como referências bibliográficas para a consecução dos objetivos da pesquisa tanto em relação à parte propriamente da nossa história diplomática quanto no que tange a um período próprio no decorrer da evolução do constitucionalismo brasileiro.

1.6 METODOLOGIA

No presente trabalho adota-se o método indutivo, que consiste na investigação de casos particulares com vistas a abstrair tendências gerais, com as quais é possível se construir interpretações de caráter teórico-analítico. No que tange à metodologia, trata-se de uma pesquisa qualitativa, básica, de cunho exploratório, pautada em análise bibliográfica e documental, sob a ótica da história

diplomática brasileira, da história constitucional brasileira e das relações internacionais.

Utilizar-se-á, de maneira significativa, a revisão bibliográfica, bem como, de modo destacado, fontes iconográficas, como mapas, fotografias e tabelas. Também será realizada pesquisa nos anais da Câmara dos Deputados e do Senado Federal para o devido acompanhamento dos debates parlamentares ocorridos no período abrangido pela pesquisa. Além disso, será feita uma investigação minuciosa nos vários centros de documentação do Brasil e de alguns países que são referência na guarda de documentos históricos, salientando-se: Torre do Tombo (Portugal), *Archivio Centrale dello Stato* (Itália), *Archives Nationales* (França), a *Biblioteca Nacional* (Espanha) e o *Archivio Apostolico* (Vaticano). Importantes são também outras instituições brasileiras, como, por exemplo, os Arquivos da Biblioteca Nacional, o Centro de História e Documentação Diplomática (CHDD) da Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), do Ministério das Relações Exteriores, o Centro de Documentação Histórica do Itamaraty (especialmente sua mapoteca), a Biblioteca do Senado Federal e a Biblioteca do Supremo Tribunal Federal.

1.7 ESTRUTURA DA TESE

O presente trabalho encontra-se estruturado em três capítulos.

No primeiro capítulo, abordar-se-á principalmente os temas relativos à ampliação e consolidação do que viria a ser o território brasileiro, em uma perspectiva abrangente, envolvendo aspectos históricos, geográficos, cartográficos e jurídicos, que se inicia um pouco antes do período das Grandes Navegações, marcado por uma intensa disputa entre os reinos de Portugal e Espanha, que resultou na tentativa de pacificação das disputas com o Tratado de Alcáçovas, de 1479, com a Bula Intercoetera, de 1493, bem como com o Tratado de Tordesilhas, de 1494. No período colonial, denominado por alguns como o “Brasil português”, os reinos de Portugal e Espanha conheceram o início de um longo período de disputas territoriais e geopolíticas no espaço geográfico sul-americano. Tais conflitos foram marcados tanto por ações militares quanto por iniciativas diplomáticas, através de vários tratados que marcaram o período. Poder-se-ia citar, de forma ilustrativa, os Tratados de Utrecht, de 1713 e 1715, o Tratado de Madri, de 1750, o Tratado de El Pardo, de 1761, o Tratado de Santo Ildefonso, de 1777, e os Tratados de Badajoz,

de 1801, que configuraram e reconfiguraram as posses territoriais dos reinos de Portugal e Espanha naquela época. Alguns anos depois, com a invasão napoleônica dos países ibéricos, a família real portuguesa decidiu deixar Lisboa e transladar a capital do Império Português para o território colonial brasileiro. Em 1808, com a chegada de D. João, ainda príncipe-regente de Portugal, ao Brasil, primeiramente em Salvador e posteriormente no Rio de Janeiro, vieram junto com ele as inúmeras preocupações políticas daquele momento. Isso incluía as disputas com a Espanha, que à época era governada por um representante de Napoleão; as disputas políticas e geopolíticas em torno do controle do Rio da Prata e do território cisplatino; a decisão de invadir a Guiana Francesa; e a busca incessante do apoio militar e financeiro do Reino Unido.

Com a declaração da independência em 1822, iniciou-se o período imperial, que durou até o ano de 1889. Esse período foi marcado por um trabalho permanente da política externa do Império do Brasil no sentido de tentar definir os limites do território em relação aos vizinhos sul-americanos, bem como consolidar internamente o território brasileiro em torno do governo central contra os inúmeros movimentos separatistas. Caracterizou-se igualmente esse período por uma série de conflitos da monarquia brasileira com algumas das recém-nascidas repúblicas vizinhas, notadamente com a Argentina, visando impedir a formação de um novo país com a mesma dimensão (e possível maior poderio) do Vice-Reino do Rio da Prata. Essa preocupação geopolítica marcou profundamente as ações da política externa do Império brasileiro ao longo das quase sete décadas de sua existência. Às vésperas do fim desse ciclo monárquico, ainda restavam pendentes várias questões fronteiriças, que foram herdadas pela nascente República brasileira.

No transcorrer dos séculos, inegavelmente surgiram vários personagens que tiveram papel destacado nos mais variados acontecimentos políticos, militares e diplomáticos. Entre eles poderíamos ressaltar: no período colonial, Alexandre de Gusmão; na época da independência, José Bonifácio de Andrada e Silva; durante o Segundo Reinado, encabeçado por D. Pedro II, Duarte da Ponte Ribeiro, que, em função do seu trabalho, recebeu o título de Barão de Ponte Ribeiro, e José Maria da Silva Paranhos, o Visconde do Rio Branco; logo em seguida, após o encerramento do período monárquico, já nos primeiros anos do nascente regime republicano, despontou a figura de José Maria da Silva Paranhos Junior, o Barão do Rio Branco.

No segundo capítulo, destacar-se-á os anos iniciais de vida de Paranhos Junior, vividos em um contexto muito rico em seu âmbito familiar, em termos de vivência e aprendizado, já que o seu pai, o então Visconde do Rio Branco, convivia com grandes personalidades políticas de sua época. No período relativo à sua educação formal, Paranhos Junior não foi necessariamente um aluno muito destacado; sua formação universitária desenvolveu-se em dois lugares distintos, primeiramente na Faculdade de Direito de São Paulo, posteriormente concluindo o curso na Faculdade de Direito do Recife. Nascido em 1845, seus primeiros anos de vida, englobando sua juventude, coincidiram com o Segundo Reinado, que tinha como figura central D. Pedro II, mesmo período em que o mundo encontrava-se em grandes transformações. Na exposição biográfica de José Maria da Silva Paranhos Júnior recorrer-se-á primeiramente ao uso de fontes bibliográficas, documentação histórica e recursos iconográficos que apresentam as mudanças que ao longo do tempo foram se consolidando tanto no aspecto físico quanto na carreira profissional e no percurso político e diplomático do personagem histórico Rio Branco.

Analisar-se-á, da mesma forma, o período correspondente à atuação de Rio Branco nas Questões de Palmas/Misiones e Amapá/Guiana Francesa, como advogado do Estado brasileiro, bem como o período compreendido entre 1902, quando José Maria da Silva Paranhos Junior assumiu o Ministério das Relações Exteriores, e 1912, quando do seu passamento em pleno exercício do cargo. Logo que assumiu o cargo de chanceler, Paranhos Junior tinha pela frente alguns desafios políticos, diplomáticos e estratégicos e também, pode-se dizer, geopolíticos. O principal deles foi o de tentar resolver as questões territoriais e fronteiriças inconclusas desde o Período Imperial. Essas questões serão tratadas específica e detalhadamente no capítulo seguinte, onde o tema será abordado em seus contornos históricos, políticos, jurídicos e diplomáticos.

No terceiro capítulo, por fim, analisar-se-á as circunstâncias e fatos políticos e históricos que antecederam a proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, e os acontecimentos que transcorreram entre essa data e a promulgação da nova Constituição Republicana, de 24 de fevereiro de 1891. Um dos aspectos importantes a destacar foi o processo constituinte que se iniciou em 15 de novembro de 1890, findando com a promulgação da Carta. Além de expor os artigos referentes aos Poderes Legislativo e Executivo que correspondem à atuação do Estado brasileiro em suas relações internacionais, analisa-se a relação institucional e

constitucional entre esses mesmos Poderes, notadamente a prerrogativa de fiscalização e controle exercido pelo Poder Legislativo em relação aos atos praticados pelo Poder Executivo no âmbito das relações exteriores.

Com a proclamação da República em 15 de novembro de 1889 e a posterior constitucionalização do novo regime republicano que surgia, o Poder Legislativo passa a efetivamente, ao menos do ponto de vista formal, configurar-se como um verdadeiro polo de poder, já que, a partir deste momento (e até hoje) foi adotada a tripartição de Poderes. Desde então, alternando períodos de efetiva democracia e outros de autoritarismo, a simples existência no texto constitucional do momento não garantia ao Poder Legislativo nem a sua autonomia, nem mesmo a sua capacidade de contrabalançar os outros poderes.

No que diz respeito à política externa da época, o governo republicano buscou, desde o seu início e de forma bastante clara, uma maior aproximação com as nações fronteiriças, iniciando uma política externa dita “americanista”. Por iniciativa do governo republicano, recorrendo à arbitragem internacional, foram resolvidas as questões fronteiriças do Brasil com a Argentina, com a França e com a Guiana Britânica. Através de tratados bilaterais, resolveu-se as demais pendências de forma definitiva, com a Bolívia, o Equador, a Guiana Neerlandesa, a Venezuela, a Colômbia, o Peru e o Uruguai. Na gestão do Barão do Rio Branco à frente da chancelaria, de 03 de dezembro de 1902 a 10 de fevereiro de 1912, as iniciativas diplomáticas caracterizaram-se pela afirmação dos valores do universalismo, pragmatismo e multilateralismo.

O fio condutor deste trabalho assenta-se na descrição cronológica rigorosa e na respectiva sucessão e encadeamento dos fatos históricos que caracterizaram a história diplomática brasileira, remontando aos anos finais do século XIV, quando da ascensão da dinastia de Avis em Portugal, de suas decisões de política externa em direção à expansão marítima portuguesa, passando pelas Grandes Navegações, conquistas de novos territórios ao longo do planeta, pela colonização do Brasil, do período imperial, das primeiras duas décadas do período republicano, da resolução das questões fronteiriças e do período em que Rio Branco exerceu a chancelaria brasileira, entre 1902 e 1912.